

LISTA DE VERIFICAÇÃO

São os atos administrativos e documentos previstos na lei nº 10.520/02, nos Decretos nºs 7.892/13, 3.555/00 e 5.450/05 e, subsidiariamente, na lei nº 8.666/93, necessários à instrução da fase interna do procedimento licitatório para o Sistema de Registro de Preços, na modalidade pregão, no formato presencial ou eletrônico:

Processo nº: **23108.080800/2020-55**
Pregão Eletrônico para SRP nº: **24-2021**

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	S/ N	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	S	SEI	-
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	S	Anexo 2950970	-
3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02 e arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05, arts. 8º, III, "b", IV e 21, I, do Decreto nº 3.555/00 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	S	Anexos 3645385 e 3900718	-
4. Há termo de referência (art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/05 e arts. 8º, II, 21, II do Decreto nº 3.555/00)?	S	Anexo 3900718	-
5. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	S	Anexos 3645385 e 3900718	-
6. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?	N	-	Segundo o setor requisitante, não se aplica.
7. Foi realizada ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 5º, IV, do Decreto nº 7.892/13, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05, art. 8º, II, do Decreto nº 3.555/00, e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	S	Anexo 3858735	-
8. Tratando-se de serviço, existe orçamento	-	-	Segundo o setor

detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, “a”, IN/SLTI 02/2008), bem como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, e art. 15, XII, “b”, IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 05/2014)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU.			requisitante, não se aplica.
9. Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no §2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2015, foi tal situação justificada? (art. 2º, § 3º da IN/SLTI 05/2014)	-	-	Segundo o setor requisitante, não se aplica.
10. No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	-	-	Segundo o setor requisitante, não se aplica.
11. Foi realizada consulta junto às demais Unidades desta IFES para levantamento de possíveis demandas referentes ao objeto do presente TR? (IRP)	N	-	Atenderá a todos os setores e campi.
12. Consta mensagens proferidas entre a Gerência de Planejamento de Aquisições e a Unidade Requisitante, através do Sistema de Requisições para Materiais de Consumo, Bens e Serviços da FUFMT – SISREQ, que compõem o processo de desenvolvimento do Termo de Referência?	S	Anexo 3862424	-
13. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos ns. 7546/2011 e 8538/2015 e outros)	S	Anexo 3918278 e Edital (3991914)	-
14. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93, arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05 e arts. 7º, I e 21, V, do Decreto 3.555/00)?	S	Anexo 3918278	-
15. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05 e art. 8, IV Decreto 3.555/00)?	S	Anexo 3918278	-
16. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 7º, parágrafo único, 8º, III, “d”, e 21, VI, do Decreto nº 3.555/00, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	S	Anexo 3918278	-

17. A Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados (art. 4º e 5º, I, do decreto nº 7.892/13)?	N	Anexo 3903354	-
18. A Administração autorizou a adesão de outros órgãos à Ata de Registro de Preços?	S	Anexo 3918278	-
19. No caso de existir órgãos participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização (art. 5º, II, do Decreto nº 7.892/13)?	-	-	-
20. A Administração confirmou junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência (art. 5º, IV, do Decreto nº 7.892/13)?	-	-	-
21. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico (art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05)?	-	-	-
22. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015, e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?	S	-	Exclusiva para ME/EPP.
23. Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	N	-	Exclusiva para ME/EPP.
24. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa apta a demonstrar a sua inviabilidade (art. 4º, §1º, do decreto nº 7.892/13)?	-	-	-
25. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)?	S	Edital (3991914)	-
25. Constituem anexos do edital:			
(a) termo de referência;	S	Edital (3991914)	-
(b) ata de registro de preços;	S	Edital (3991914)	-

(c) termo de contrato, se for o caso; e	N	-	Não se aplica.
(d) planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso.	N	-	Não se aplica.
26. Foi utilizado o modelo de edital disponibilizado pela AGU?	S	-	-
27. Eventuais alterações foram destacadas no texto, e se necessário, explicadas?	S	-	Estão sublinhadas
OBS: DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR QUE CORRESPONDEM A ATOS E PROCEDIMENTOS SUBSEQUENTES A COMPETÊNCIA DESTA GERÊNCIA E, PORTANTO, AINDA NÃO CONSTAM NO PRESENTE PROCESSO, DEVERÃO SER VERIFICADOS PELOS SETORES COMPETENTES NO MOMENTO OPORTUNO.			
VERIFICADO POR: Jean Carlos Gonçalves da Silva. SIAPE 2662622.			
DATA DE VERIFICAÇÃO: Cuiabá - MT, 06/10/2021			